

GÊNESE, CONSTRUÇÕES E DELIMITAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-FRANÇA: DA CONQUISTA DO TERRITÓRIO À FRONTEIRA TARDIA¹

GENESIS, CONSTRUCTION AND DELIMITATION OF FRANCO-BRAZILIAN FRONTIER: FROM THE CONQUEST OF TERRITORY TO THE BORDER DELAYED

Jadson Luís Rebelo Porto

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Yurgel Pantoja Caldas

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Correspondência:

Fundação Universidade Federal do Amapá – Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional
Rod. Juscelino Kubitschek, Km 01, s/n, Zerão
Macapá – Amapá – Brasil. CEP: 68900-280
E-mails: jadsonporto@yahoo.com.br / elcidyurgel@hotmail.com

Resumo

Este artigo visa refletir sobre a construção da fronteira franco-brasileira, tendo por diretriz os diversos usos que essa fronteira foi manifestando historicamente, sua temporalidade e a sua inserção na economia-mundo. Para atender a tal objetivo, as reflexões aqui tecidas estão inseridas nos seguintes tópicos: o primeiro discute a atuação francesa na formação da fronteira amapaense; o segundo analisa a importância do Território Federal para a formação desta fronteira; enquanto o terceiro tópico aborda a inserção da fronteira amapaense na fronteira-rede global.

Palavras-chave: Amapá; fronteira; fronteira Brasil-França.

Abstract

This article aims to reflect on the construction of the Franco-Brazilian border, with the guideline the various uses that this border was manifesting historically, its temporality and its insertion in the world economy. To meet this goal, the reflections made here are inserted in the following topics. The first discusses the French role in the formation of Amapá border; the second examines the importance of Federal Territory to form this border; the third deals with the insertion of Amapá frontier in global-border network.

Keywords: Amapá; border; border Brazil-France.

¹ Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa intitulado “Transfronteirizações na América do Sul: dinâmicas territoriais, desenvolvimento regional, integração e defesa nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil” com apoio da CAPES-PRÓ-DEFESA, 2014-2017.

Introdução

A construção histórica da fronteira amapaense é remetida ao período colonial com a inserção de ingleses, irlandeses, holandeses e franceses.² Desde aquela época tem se efetivadas ações de estímulo para a ocupação e domínio desta fronteira seja pela sua colonização, com destaque à transferência de famílias de Mazagão africana para a construção de Mazagão em terras amazônicas, conforme exposto por Laurent Vidal,³ e pela construção de fortes e fortalezas na foz do rio Amazonas, como expõe Jonas Queiroz.⁴ No século XX, ressaltou-se a criação do ente federativo Território Federal para a formação, formatação e organização da fronteira amapaense, mediante ações de políticas públicas regulando e regulamentando novos usos da fronteira.

O Estado do Amapá localiza-se na margem esquerda da foz do rio Amazonas, é cortado pela linha do Equador e possui fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa (Figura 1). Para Jadson Porto e Paula Santos,⁵ a concepção e o tratamento dado ao espaço fronteiriço vêm ganhando gradativamente novos *usos territoriais*⁶ por meio de *novos planejamentos*. Na outra ponta da relação bilateral França-Brasil na zona de fronteira, tem-se a Guiana Francesa, um departamento ultramarino francês

² Sobre o espaço fronteiriço do Amapá e sua construção, vide: REIS, Arthur César F. dos. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949; _____. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Belém: SECULT, 1993, 2 v. (Série Lendo o Pará; 15); LORIMER, Joyce. *English and irish settlement on the river Amazon (1550-1646)*. London: The Hakluyt Society, 1989; CARDOSO, Francinete do S. S. *Entre conflitos, negociações representações: O Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX*. Belém: UNAMAZ/NAEA-UFPA, 2008; SILVA, Joaquim Caetano da. *O Oiapoque e o Amazonas – uma questão brasileira e francesa*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2010; GRANGER, Stephane. *La Guyane et le Brésil, ou la Quête d'Intégration Continentale d'un Département Français d'Amérique*. Thèse (Doctorat de Géographie-Amanagement) – Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine/Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3. Paris, 2012; ROMANI, Carlos. *“Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!” Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)*. Tese (Doutorado de História) – IFCH/UNICAMP. Campinas, 2013.

³ VIDAL, Laurent. *Mazagão: A cidade que atravessou o Atlântico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

⁴ História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: Fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira - séculos XVIII/XIX*. Belém: EDUFPA, 1999.

⁵ PORTO, Jadson Luís R.; SANTOS, Paula Gabriele S. dos. Reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá Guiana Francesa. In: SILVEIRA, Edson Damas da; CAMARGO, Serguei Aily F. de. (Orgs.). *Socioambientalismo de Fronteiras*. Curitiba: Juruá, 2012, v. 1, p. 101-112.

⁶ Para uma leitura aprofundada sobre a expressão, vide SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996; SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil. Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

na América do Sul que, desde o início da década de 1990, adquiriu, no âmbito político-institucional, status de *ultraperiferia* europeia com a criação das Regiões Ultra-periféricas (RUP's) europeias.⁷

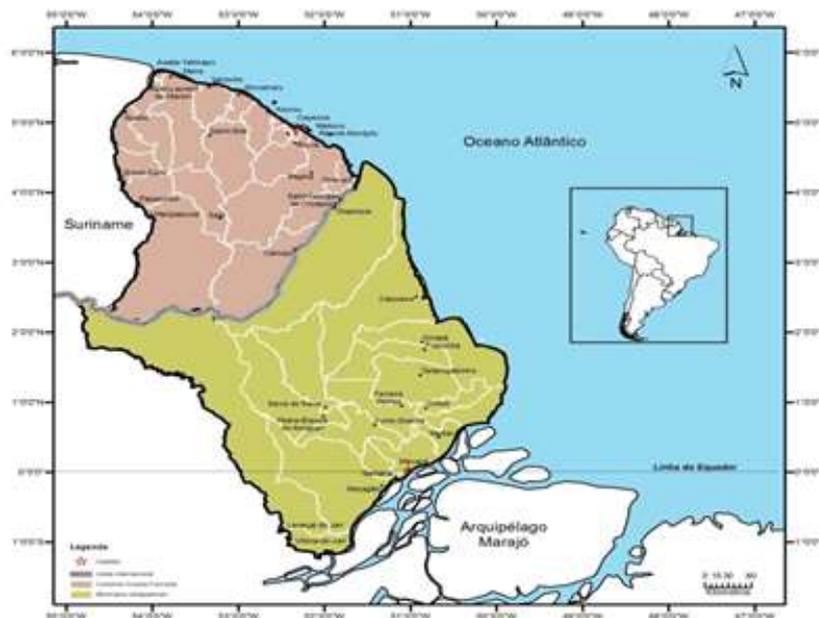


Figura 1. Localização das unidades administrativas do Estado do Amapá e da Guiana Francesa

Fonte: Gutemberg Vilhena Silva. *Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: as expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI*. Tese (Doutorado em Geografia), UFRJ/PPGGEO, Rio de Janeiro, 2013.

Este artigo visa refletir sobre a construção da fronteira franco-brasileira, tendo por diretriz os diversos usos que esta fronteira foi se manifestando historicamente,

⁷ Entender a geografia econômica e política da União Europeia (UE) para as RUP's vai além da compreensão da atuação do Bloco Europeu no próprio continente, uma vez que tais RUP's pertencem a três países europeus, mas sua localização física é espacialmente mundializada. Tal entendimento significa refletir como a UE ultrapassou seus limites continentais exercendo domínio no Atlântico, no Caribe, na Amazônia e no Índico. Esse domínio fora do continente europeu começou quando a França incluiu como parte integrante do processo de integração da UE, quatro de seus departamentos ultramarinos na condição de RUP's, a saber: Martinica e Guadalupe, no Caribe, Reunião, no Índico, e Guiana Francesa, na América do Sul. Além destes departamentos franceses, é relevante destacar também as Ilhas Canárias (Espanha), os Açores e a Madeira (Portugal), no oceano Atlântico - que, em conjunto, constituem as RUP's da UE. É relevante neste momento destacar que o estabelecimento do termo *Ultraperiferia*, talvez advindo da conjunção de *ultramar* + *periferia*, passou a ser uma nomenclatura básica para o tratamento de territórios ultramarinos da Europa. Partindo do termo em questão e de toda a sua simbologia, ocorre a elaboração de uma série de ações e políticas públicas de caráter territorial por parte da UE, visando diminuir as dificuldades econômicas e sociais das RUP's, bem como inseri-las em seu ambiente regional. Para maiores detalhes, vide SANTOS, Paula Gabriele S. dos. *A (ultra)periferia do Platô das Guianas: Novos planejamentos para novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa (1987-2012)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – UNIFAP. Macapá, 2013; PORTO, Jadson Luís R.; SANTOS, Paula Gabriele S. dos. Reconstrução da fronteira amapaense, *Op. cit.*, v. 1, p. 101-112.

sua temporalidade e a sua inserção na economia-mundo. Para atender a este objetivo, as reflexões aqui tecidas estão inseridas nos seguintes tópicos. O primeiro discute a atuação francesa na formação da fronteira amapaense; o segundo analisa a importância do Território Federal para a formação desta fronteira; o terceiro aborda a inserção da fronteira amapaense na fronteira-rede global.

A atuação francesa na formação da fronteira amapaense

As referências sobre a inserção do espaço amapaense em um circuito econômico externo às suas necessidades e interesses locais remetem ao século XVII-XIX. Empresas estrangeiras atuaram na região (Companhia das Índias Ocidentais, Companhia do Cabo Norte, *Société Française de L'Amérique*, *Carsewene Developments Anglo-French Gold Mining Company*). Tais empreendimentos atuaram na exploração de matérias-primas (drogas do sertão, madeira, ouro), bem como expandiram seus investimentos para além do espaço europeu.

A formação de espaços além-mar colonial em si é uma formação de articulação em rede com a metrópole, pois o fluxo dos produtos das colônias para as metrópoles e das mercadorias das metrópoles para as colônias implicava em articulações empresariais e políticas, de uso de mão de obra escrava, de interesses de mercado por novos produtos (especiarias); expansão territorial do colonizador; e na consolidação do momento expansionista pelas navegações, pelo capital mercantil.

Três abordagens sobre a atuação dos franceses neste território são identificadas:

a) a *(des)organização territorial do Platô das Guianas como reflexo das grandes navegações europeias*.

À medida que novos territórios além-mar foram acessados pelos europeus, a organização social de nativos da América foi desconstruída e de desorganizada. Para o caso da fronteira franco-brasileira, houve concessões de terras a franceses e portugueses, embora também ocorresse inserções de ingleses, holandeses e irlandeses. Reis⁸ resgata as ações francesas nos séculos XVI-XVII, expondo questões econômicas e políticas de interesses europeus sobre a Amazônia e em especial no Platô das Guianas. Dentre os levantados, destacam-se:

- A Coroa Ibérica sentindo-se ameaçada por tais inserções, adotou as “expedições guarda-costas”, que, dentre outros feitos, expulsaram os franceses de São Luís (1615) e fundaram o Forte do Presépio, originando a cidade de Santa Maria de Belém

⁸ REIS, Arthur César F. dos. *Território do Amapá*, *Op. cit.*; REIS, Arthur César F. dos. *Limites e demarcações*, *Op. cit.*

do Grão-Pará (1616), garantindo assim a posse da foz do Rio Amazonas (Canal Sul). Em seguida, rumaram em direção ao Norte e expulsaram ingleses e holandeses instalados na margem esquerda da foz do Rio Amazonas. Do conflito entre portugueses, ingleses e holandeses, fortes foram conquistados e/ou construídos pelos portugueses. Reis⁹ relata a reação luso-brasileira sobre os estrangeiros localizados entre os rios Oiapoque e Araguari no século XVII.

- A falta de maior envolvimento de Daniel de La Touche, Sieur de La Ravardiere, que recebeu por uma concessão do seu Rei, Enrique IV, as terras localizadas entre o Rio Amazonas e a ilha Trinidad (1605). Como consequência, holandeses montaram em 1627, em pleno território pleiteado pelos franceses, um comércio à margem do Rio Oiapoque, tendo criado ainda a Companhia do Cabo Norte, que funcionava nas águas “*que não estivessem sob o domínio espanhol*”, entre os rios Amazonas e o Orinoco, mediante a permissão de navegação e comércio aos holandeses.¹⁰ Em 1663, foi constituída a Companhia da França Equinocial, mais tarde absorvida pela Companhia das Índias Ocidentais.¹¹ O platô das Guianas se insere nas relações internacionais econômicas a partir do século XVII. Michel Foucher¹² identifica este momento como a 1ª etapa de mundialização.

- Em 1633, foi revista a proposta comercial com os holandeses pelo imperador francês Luis XIII e pelo Cardeal Richelieu; priorizando, agora, a livre passagem pelo Rio Amazonas aos navios franceses. Em resposta, a Coroa Ibérica criou a Capitania do Cabo Norte, cedida a Bento Maciel Parente, em 1637, cuja área estendia-se desde o *Rio* Oiapoque até o *Rio* Amazonas, margeando o Oceano Atlântico e subindo o *Rio* Amazonas até seu afluente na margem esquerda, *Rio* Tapuiussus (atual rio Paru), abrangendo os povoados de Gurupatuba e Surubiú (atualmente Monte Alegre e Alenquer).¹³ Este contexto é contemporâneo às “*expedições guarda-costas*”.

b) *Reflexos de políticas e conflitos na Europa se manifestando na organização territorial das colônias.*

Segundo Joaquim Caetano da Silva,¹⁴ a movimentação dos franceses no norte da América do Sul em direção ao Rio Amazonas é reflexo de tratados diplomáticos entre França e Holanda no século XVII. Dois desses tratados são citados pelo autor:

⁹ REIS, Arthur César F. dos. Limites e demarcações, *Op. cit.*, p. 65-87.

¹⁰ *Ibidem*, p. 67.

¹¹ *Ibidem*, p. 68.

¹² FOUCHER, Michel. *Obsessão por fronteiras*. São Paulo : Radical Livros, 2009.

¹³ REIS, Arthur César F. dos. *Território do Amapá*, *Op. cit.*

¹⁴ SILVA, Joaquim Caetano da. *O Oiapoque e o Amazonas*, *Op. cit.*

O Tratado de Nimegue (1678) entre França, Holanda, Espanha e Inglaterra; e o Tratado de Ryswich (1797) entre França, Holanda, Espanha. No primeiro, a França adquire terras da Espanha e da Holanda. No segundo, todas as terras adquiridas pelo Tratado de Nimegue, deveriam ser restituídos aos seus países de origem, como também não haveria invasões a nenhum país signatário. Em 1795, foi assinado o Tratado de Haia, que preconizava a não agressão entre França e Holanda.

Considerando que a Guiana Francesa possui fronteira com o Suriname (ex-colônia holandesa) e Brasil (ex-colônia portuguesa), os franceses não tinham outra alternativa de possível expansão territorial a não ser em direção ao território português. À medida em que o território era ocupado e riquezas minerais (ouro) foram encontradas, os interesses pelas terras correspondentes ao atual estado do Amapá, foi se ampliando.

Em 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht, onde Portugal obteve o reconhecimento do seu direito de posse da ambas as margens do rio Amazonas e diversas limitações de expansão francesa sobre o território brasileiro, a partir da Guiana Francesa, dentre elas reconhecendo o rio Vincente Pinzón como o rio Oiapoque (Figura 2).

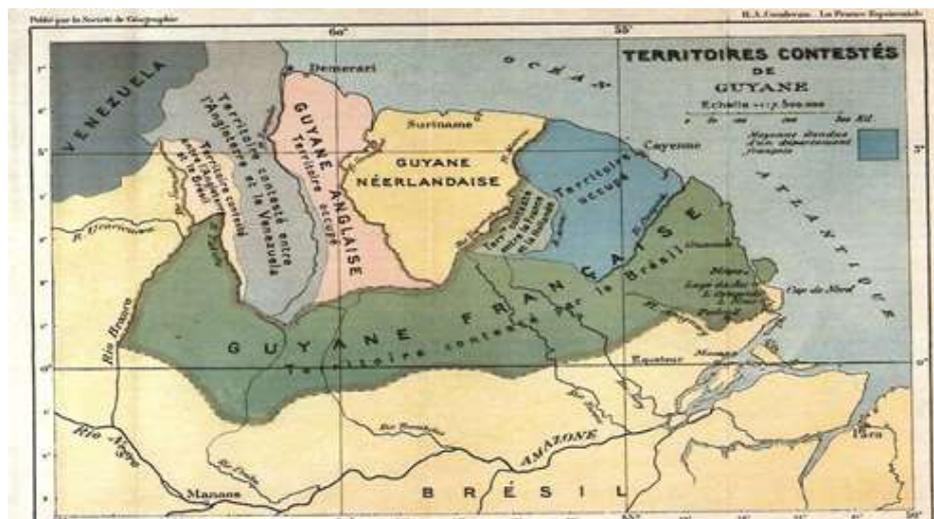


Figura 2. Os Territórios reivindicados no platô das Guianas

Fonte: Stephane Granger. *La Guyane et le Brésil, ou la Quête d'Intégration Continentale d'un Département Français d'Amérique*. Thèse de doctorat de Géographie-Amanagement, Paris: Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine/Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, 2012.

Stephane Granger¹⁵ expõe um outro momento histórico, que diz respeito à expansão de Napoleão Bonaparte à Península Ibérica, fazendo com que a família

¹⁵ GRANGER, Stephane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. *Revista Cantareira*, 17, jul./dez. 2012, p. 21-39; _____. *La Guyane et le Brésil, Op. cit.*

real portuguesa fosse transferida para o Brasil em 1808, para a cidade do rio de Janeiro. Como retaliação à invasão das terras portuguesas, D. João VI determinou a ocupação da Guiana Francesa. A Guiana Francesa retornou ao domínio francês em 1817 pelo Tratado de Paris.

No século XX, quatro momentos na história da Europa também possuem reflexos na organização do Platô das Guianas:

- O primeiro diz respeito à Segunda Guerra mundial, quando a Alemanha invade a França e ocupa Paris na década de 1940, com isso a Guiana Francesa em tese tornar-se-ia em “*Guiana Alemã*”. Este foi um dos motivos para a criação do Território Federal do Amapá.

- O segundo se refere ao período de crise na Europa na década de 1970, influenciando ao processo de descolonização de colônias na África e na América do Sul, a exemplo da ex-Guianas Inglesa e Holandesa, atualmente denominadas de República Cooperativa da Guiana e Suriname, respectivamente.

- O terceiro, corresponde à inserção da Guiana Francesa em programas espaciais, a partir da construção do Centro Espacial de Kouru, na década de 1970, como alternativa aos programas executados pelos EUA. Este Centro integra a Agência Espacial Europeia composta pela Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Países Baixos, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal Reino Unido, Suécia e Suíça. A localização de Kouru próxima à linha do Equador é estratégica porque viabiliza lançamento de foguetes mais econômicos.¹⁶

- O quarto diz respeito à inclusão da Guiana Francesa em programas de desenvolvimento da Europa, a exemplo da criação de ultraperiferias (1987)¹⁷ (Figura 3) e seu envolvimento nas políticas regionais elaboradas pela União Europeia, pelos Programas INTERREG III e IV, a partir de 2003.¹⁸

¹⁶ Na América do Sul, há somente duas bases de lançamento de foguetes: O Centre Spatial Guayanais (CSG) em Kouru (Guiana Francesa), instalado em 1965 e o primeiro lançamento ocorreu em 1979 (vide www.cnes-csg.fr) e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, no Maranhão (BR), criado em 1983 (vide www.cla.aer.mil.br). Quando houve explosão da base de lançamento de Alcântara, em 2003, o Estado do Amapá foi cogitado em receber a construção da nova base. Vide <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe3107200901.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

¹⁷ Segundo Fortuna “a geografia económica da União Europeia ultrapassou os limites do continente europeu a partir do momento em que a França incluiu os seus departamentos ultramarinos como parte integrante do processo de criação da União”. As Ultraperiferias começaram pela França e posteriormente teve a adesão de Portugal (Açores e Madeira) e de Espanha (Ilhas Canárias), este espaço de influência da União Europeia foi ampliado, exigindo novas atenções a esses departamentos. As ultraperiferias francesas são: Guadalupe, Martinica, Reunião, Saint Barthélemy e Saint Martin; e Guiana Francesa (sendo esta última, a única continental e a maior fronteira da França no mundo). Vide FORTUNA, Mário. A problemática das regiões ultraperiféricas. In: COSTA, José; NIKAMP, Peter. *Compêndio de Economia Regional*. Cascais: Principia, 2009, v. 1, p. 581.

¹⁸ SANTOS, Paula Gabriele S. dos. *A (ultra)periferia do Platô das Guianas*, Op. cit.

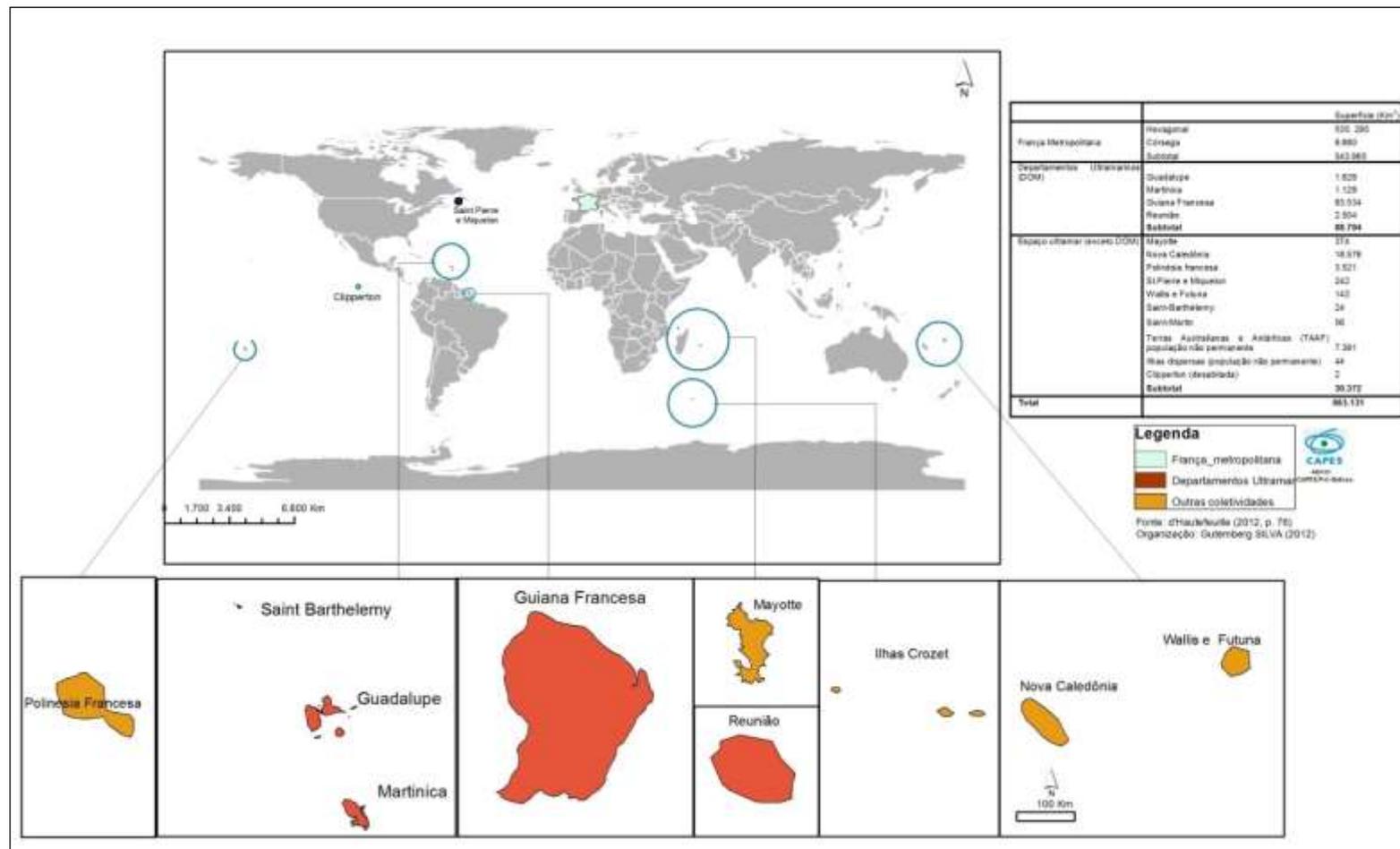


Figura 3. Territorialidade Francesa

Fonte: Gutemberg Vilhena Silva. *Uma nova página na geopolítica franco-brasileira, Op. cit.*

c) *A construção local de relações territoriais.*

Com a ocupação gradativa do espaço amapaense, interesses foram se manifestando dentro do contexto externos. Para que esses interesses fossem reproduzidos, foram identificadas riquezas, criadas estruturas locais e vocações que justificassem sua permanência e efetiva ocupação. A construção histórica territorial das relações desta fronteira entre os séculos XVII e XIX ocorreram pelos seguintes fatores:

- Instalação de assentamentos agrícolas ingleses e irlandeses entre 1612 e 1623;
- A elevação à categoria de vila o povoado de São José de Macapá (1751), o núcleo circunjacente ao Forte de São José que garantiria a continuidade da ocupação portuguesa na região. Com isso, Macapá tem fundamental importância na ocupação da Amazônia, ao garantir, juntamente com Belém, a defesa portuguesa sobre as duas entradas do *Rio Amazonas*;
- A chegada de colonos açorianos entre 1730-1750 na região amapaense;
- A saga de famílias de Mazagão, na África, atravessando o Oceano Atlântico, originando a Vila Nova de Mazagão (1771), no atual estado do Amapá;¹⁹
- A construção de fortes e uma fortaleza²⁰ desde o século XVII no espaço amapaense;²¹
- A configuração territorial da área do contestado franco-brasileiro, os conflitos e as negociações na fronteira;²²
- A abolição da escravidão na Guiana Francesa, no século XIX, provocando a expansão da pequena produção de alimentos para exportação e uma das atividades que mais se destacou foi a pecuária, na região do Macari,²³ correspondendo à área do Município do Amapá do início do século XX;

¹⁹ VIDAL, Laurent. *Mazagão, Op. cit.*

²⁰ Reis identifica os seguintes fortes construídos neste espaço nos séculos XVII e XVIII: Mataru, Mariocai, Santo Antônio de Gurupá, North, Cumaú, Araguari, Torrego e São José.

²¹ GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Nas terras do Cabo Norte, *Op. cit.*

²² CARDOSO, Franciente do S. S. *Entre conflitos, negociações representações, Op. cit.*

²³ Esta região, àquela época, integrava uma “zona neutra” entre Brasil e França, que se limitava pelo rio Araguari, seguindo a orientação do Tratado de Utrecht (1713). As relações econômicas desta zona neutra direcionavam-se à Guiana Francesa porque os escravos do lado brasileiro fugiam em direção a esta zona e os franceses aceitavam negociar com eles. Os portugueses, não.

- A indicação de duas propostas para criação de províncias na região. A primeira diz respeito à criação da Província de Oiapóquia (1853), cuja capital seria Macapá, a fim de garantir a atuação brasileira na parte setentrional do Rio Amazonas.²⁴ A segunda foi uma nova tentativa deste de retomar sua proposta, porém, mudando seu nome para Pinsônia (1855), em homenagem ao navegador Vicente Yanes Pinzón.²⁵
- A elevação de Macapá à categoria de cidade, pela Lei Provincial 281, de 6 de setembro de 1856.
- A instalação da *República do Cunani* (1885 a 1887), que se estendia do Rio Oiapoque até o rio Araguari.²⁶
- O interesse pelos recursos minerais, notadamente pelas jazidas auríferas em Oiapoque, Cassiporé e Amapá, com a participação de garimpeiros e de empresas mineradoras estrangeiras²⁷ na região de Calçoene (Figura 4).²⁸ As explorações auríferas ao

²⁴ Esta proposta foi sugerida pelo Senador da Província do Grão-Pará, Cândido Mendes de Almeida. Originou-se devido à ameaça de invasão pela expansão da pecuária; a exploração do ouro em Calçoene; o monopólio da navegação do rio Amazonas cedido ao Barão de Mauá (1852); o aumento da demanda da borracha estimulando a abertura da navegação internacional do Amazonas (1866) e a reduzida ocupação demográfica pelos brasileiros. Contudo, esta proposta não obteve aprovação do Governo Central por ter sido amplamente questionada, como também em função da pouca força política que as províncias do Norte do país detinham, permanecendo aquele espaço sob a administração da Província do Grão-Pará.

²⁵ Justificou-se esta proposta por necessitar a região de consideráveis atenções, em função da mesma continuar praticamente abandonada em relação às demais regiões brasileiras. No entanto, este projeto contrariou interesses da classe dominante que residia em Belém tendo sido novamente desaprovado pelo Senado. MEDEIROS, Océlio de. *Administração territorial* (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

²⁶ Esta experiência, apesar de sua brevidade, criou ministérios (sediados em Paris) e títulos honoríficos (muito valorizados e vendidos); emitiu moedas, notas (20, 50, 100 e 500 francos) e selos; editou um diário oficial e criou armas e bandeiras; sua reduzida população era composta por quilombolas, desertores e aventureiros. Vide REIS, Arthur César F. dos. *Território do Amapá, Op. cit.*; SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá: terra onde o Brasil começa*. Brasília: Senado Federal, 1998 (Coleção Brasil 500 anos); QUEIROZ, Jonas M. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte, Op. cit.*

²⁷ Em 1894, habitavam no Alto Calçoene cerca de 6.000 pessoas e no período de 1894 a 1896, foram extraídos 2.646 kg de ouro. Com essa produção, instalou-se em Lourenço a Societé Française de L'Amerique, que posteriormente foi vendida à The Carsewene Developments Anglo-French Gold Mining Company. Registrou-se, também, a instalação de uma linha monotrilhos com 110 km de extensão pela companhia francesa denominada de Carsévène Raylway Company, destinada para o escoamento aurífero por Calçoene. Sobre o assunto, vide CHAGAS, Marcos. A. *Amapá: A mineração e o discurso da sustentabilidade – de Augusto Antunes a Eike Batista*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

²⁸ A exploração mineral por empresas identifica um novo conflito, com dupla característica: A primeira identifica que os interesses não estavam mais assentados nos interesses entre a metropolitanos franceses os representantes políticos locais da Guiana Francesa, mas por interesses econômicos de empreendimentos comerciais, que não procuravam especiarias (drogas do sertão) e nem visavam a colonização, buscavam riquezas minerais, auríferos. A segunda se contextualiza na segunda fase da mundialização foucheriana, quando a nova leitura sobre o domínio dos recursos do território, onde os rivais não eram mais franceses ou brasileiros, mas sim os ingleses.

- A construção histórica para a criação do município de Oiapoque (1945).³⁰

Embora a questão fronteiriça houvesse sido resolvida diplomaticamente no início do século XX, o marco da trijunção das fronteiras Brasil-Suriname-Guiana Francesa, só foi fixado pelas comissões brasileira, neerlandesa e francesa em 1938³¹. Há divergências nas informações existentes quanto à demarcação completa da fronteira, entre 1955³² e 1962.³³

A atuação brasileira na formação da fronteira amapaense: a importância do território federal

A partir do entendimento de que *o espaço não possui realidade própria*,³⁴ defende-se aqui que as orientações destinadas à construção e à formatação da fronteira amapaense são eminentemente advindas de ações e determinações externas.

Vários exemplos de ações de origem externa são identificados na história amapaense, tais como: A ocupação da fronteira, a construção de fortes e fortalezas, a construção da cidade de Mazagão, a criação do Território Federal, a instalação de empresas de capital internacional, a criação de novas normas de uso do território amapaense e criação de unidades de conservação e de terras indígenas.

³⁰ Sobre os fatores que explicam a criação município de Oiapoque são: A atuação de garimpeiros brasileiros e franceses na região; A criação do Distrito de Oiapoque (1903), integrando o espaço do município de Amapá; a criação da Comissão Colonizadora do Oiapoque (1919), sendo esta comissão uma das primeiras iniciativas federais no século XX, relativas à fronteira amapaense; O estabelecimento da Companhia Especial de Fronteiras, do Exército Brasileiro, em Clevelândia do Norte, como uma colônia agrícola para onde foram enviados prisioneiros de vários cárceres do país (1922); A extração de ouro nas cabeceiras do Cassiporé e do Oiapoque, no período de 1932 a 1935; o surgimento de povoados no Rio Oiapoque a montante da Vila de Espírito Santo (tanto do lado francês como do brasileiro); a ocorrência da Segunda Guerra Mundial; a transferência de presidiários para Clevelândia, o que teria demandado maior atenção das autoridades para a colônia ali instalada; e a criação do 3º Batalhão de Fronteira, sediado no Oiapoque, em 1942. Sobre a origem do município de Oiapoque, vide IBGE. *Enciclopédia dos Municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1957. XIV vol.; SOARES, Ana Paulina A. *Travessia: análise de uma situação de passagem: Oiapoque e Guiana Francesa*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP. São Paulo, 1995. ROMANI, Carlos. “*Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!*”, *Op. cit.*

³¹ HERMES, João Severiano da F.; BASTOS, Murillo de Miranda. *Limites do Brasil: Descrição geográfica de linha divisória*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1940.

³² IBGE. *Atlas do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

³³ TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

³⁴ BECKER, Bertha K. El uso político do territorio: consideraciones a partir de una visión del Tercer Mundo. *Revista Geográfica de América Central*, 17-18, 1982/1983, p. 13-26. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3014>. Acesso em: 25 jun. 2013.

Segundo Jadson Porto,³⁵ a origem espacial dos Territórios Federais no Brasil é diversificada³⁶. Iniciou pela aquisição de terras bolivianas, mediante compra do espaço correspondendo ao atual Estado do Acre; se insere no processo de desmembramento de unidades federativas existentes, que à exceção do Acre, apresentavam extensões muito grandes.³⁷ Adotou-se justificativas relacionadas a questões demográficas (vazio demográfico), defesa nacional, reorganização territorial, dentre outras para a instalação deste ente federativo.

Outros aspectos a serem considerados dizem respeito aos administrativos e jurídicos³⁸ para a manutenção efetiva desta nova proposta de divisão territorial no Brasil. De acordo com Freitas³⁹ e Porto,⁴⁰ contribuiu para tais criações o fato de os territórios se localizarem em áreas fronteiriças e de terem sido integrados em definitivo ao país somente a partir do início do século XX.

No entender de Porto,⁴¹ a criação do Território Federal do Acre em 1904, constituiu-se na alternativa adotada pelo governo federal para esta questão. Até a Constituição de 1937, o Território Federal caracterizava-se como uma adição ao espaço nacional, submetido diretamente à União, com a vocação de se converter em estado-membro da federação. Na década de 1940, implantou-se mais seis deles no Brasil, dentre os quais o Amapá, e tais entes federativos resultaram de ações que conduziram à formação de estruturas capazes de inseri-los em um mundo globalizado e em rede; que envolveram relações de políticas econômicas; e que expuseram

³⁵ PORTO, Jadson Luís R. *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: SETEC, 2003; _____. *Reinvenções do uso do território amapaense*. In: SIMONIAN, Lígia. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA/UFPA, 2010, v. 1, p. 91-113.

³⁶ Sobre a origem dos territórios Federais no Brasil, vide. BENEVIDES, Marijeso. *Os novos Territórios Federais* (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguacu): geografia história e legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946; MEDEIROS, Océlio de. *Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944; _____. *Administração territorial* (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. MORTARA, Guido. Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites. *Boletim Geográfico*, 2 (16), jul. 1944.

³⁷ BENEVIDES, Marijeso. *Os novos Territórios Federais*, *Op. cit.*; FREITAS, Aimberê. *As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil*. Boa Vista, 1991; MAYER, Luiz Rafael. A natureza jurídica dos Territórios Federais. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, 125, jul./set. 1976, p. 15-41; MEDEIROS, Océlio de. *Territórios Federais*, *Op. cit.*; _____. *Administração territorial*, *Op. cit.*; MORTARA, Guido. Os Territórios Federais recém-criados, *Op. cit.*; TEMER, Michel. *Território Federal nas constituições brasileiras*. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

³⁸ MEDEIROS, Océlio de. *Territórios Federais*, *Op. cit.*

MEDEIROS, Océlio de. *Administração territorial* *Op. cit.*

TEMER, Michel. *Território Federal nas constituições brasileiras*, *Op. cit.*

³⁹ FREITAS, Aimberê. *As políticas públicas e administrativas*, *Op. cit.*

⁴⁰ PORTO, Jadson Luís R. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais*, *Op. cit.*

⁴¹ *Idem*.

condições para atender as elites locais delimitando um espaço juridicamente definido; por fim, que territorializaram suas relações de poder.

Embora a experiência dos territórios no Brasil perdurasse por 84 anos, Porto⁴² entende que não foi possível estabelecer uma visão precisa sobre o que significou esta experiência para a organização espacial da região e, muito menos, sobre as suas atuações no federalismo brasileiro. Mas ficou claro que estes territórios eram “Estados em embrião”⁴³ e que serviram como instrumentos de indução à organização do espaço econômico regional sob a tutela do governo federal. Este, por sua vez, destinou recursos e investimentos públicos na instalação de infraestrutura, a fim de criar condições de acesso às economias externas e materializar as condições de se ampliar as vantagens competitivas regionais.

No que se refere à experiência amapaense, Jadson Porto⁴⁴ sugere os motivos seguintes para a criação do Território Federal do Amapá: questões geopolíticas; a extração mineral, notadamente a aurífera; a influência de políticos locais; a criação do território federal do Acre; as características regionais do Pará; a proposta da Comissão Nacional de Redivisão Territorial (CNRT) na década de 1930; a justificativa militar; a propaganda do interesse da defesa nacional, jurídico ou constitucional. Para que isto ocorresse, a atuação do governo federal foi de importância fundamental ao apresentar-se como centralizador das decisões, planejador, legislador e executor de propostas de crescimento econômico sobre os mais variados pontos do Brasil.

A criação do ente federativo Território federal repercute no espaço amapaense e no acesso mais amplo à fronteira com a Guiana Francesa. Esta fronteira começa a ser mais ocupada e ter uma dinâmica geográfica mais intensa. Com isso, reinventaram-se novos usos políticos, sociais e geográficos de uma fronteira em construção e em reformatação. Para Jadson Porto,⁴⁵ a partir da criação do Território Federal do Amapá há duas condições fronteiriças concomitantes e complementares no Estado do Amapá: uma “*amapaense*” e outra “*Brasil-França*”.

A primeira decorre da ocorrência de *ajustes espaciais* e a inserção de *próteses* no território amapaense, gerando condições para a mobilidade do capital neste espaço e melhorar suas articulações em redes econômicas nos cenários nacional e in-

⁴² PORTO, Jadson Luís R. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais*, *Op. cit.*

⁴³ FERREIRA FILHO, M. G. *Curso de direito constitucional*. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1975, p. 57.

⁴⁴ PORTO, Jadson Luís R. *Aspectos da ação do estado na fronteira amazônica: A experiência do Território Federal/Estado do Amapá*. Macapá: Jadson Porto, 2005. (Série Percepções do Amapá, v. 2).

⁴⁵ PORTO, Jadson Luís R. *As condições fronteiriças do Amapá: duas abordagens para a linde sul-americana Brasil-França*. Coimbra, Faculdade de Letras/Depto. de Geografia/Universidade de Coimbra, 2015. Artigo resultado da mobilidade acadêmica PROCRI/Unifap/Santander-2015 e do estágio pós-doutoral no Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra.

ternacional; possui um forte apelo ao sentimento de pertencimento à fronteira; mantém processos de relações fronteiriças, cujos atos mantêm os efeitos-barreira; configura-se como um *território estratégico recomposto e tardio*.

A segunda possui uma relação mais institucionalizada, com acordos internacionais, que abordem um espaço relacional entre países desde o período colonial; esta abordagem amplia após o envolvimento do Estado Amapá como um ente federativo articulado com o norte da América do Sul. Decorre da assinatura do Acordo Quadro Brasil-França, em 1996, novos usos desse território ocorrem, como também há mudanças na condição fronteiriça deste estado; Apresenta mudança de relações fronteiriças para cooperações transfronteiriças na América do Sul entre Brasil e França, que ainda gera *interações espaciais* entre esses dois países sob a perspectiva da fronteira-rede; ainda encontra-se embasada em construções de políticas territoriais que criam *expectativas* da integração física, mediante à perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana (Amapá); a relação comercial fronteiriça com o vizinho francês configura-se como uma *relação inversa*, pois as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira. É interessante ressaltar que o Amapá faz parte de uma política de ordenamento territorial internacional, onde a ponte sobre o rio Oiapoque, a pavimentação rodoviária guianense e amapaense e o Porto de Santana fazem parte desta política.

Em ambos os casos, a condição fronteiriça decorre da participação do Governo Federal criando condições para a mobilidade e reprodução do capital, na articulação das redes criadas/construídas em um espaço poroso e na atuação do capital internacional; configura esta fronteira como um espaço de oportunidades onde o legal e o ilegal convivem cotidianamente, que circulam aproveitando-se da sua porosidade; apresenta-se com *locus* de onde os movimentos materiais e simbólicos se expressam; espaço que está em constante mutação e onde se manifestam conflitos em diferentes escalas. Embora metade do total de seus municípios encontrem-se na faixa de fronteira brasileira, não se pode pensar o Estado do Amapá como “meio fronteiro”.

A inserção da fronteira amapaense na fronteira rede-global

À medida que o capital industrial assume as diretrizes da rede mundial, novas dinâmicas e intensidades de exploração sobre as colônias europeias acabam por estimular novas dinâmicas territoriais, seja no estímulo ao processo de descolonização no século XIX (embora tal processo representasse uma troca de status de colônia para dependente), seja consolidação de relações econômicas com claros objetivos externos.

Para o caso da fronteira amapaense, três discussões devem ser levantadas: como fornecedor de *commodities*, como integrante de uma rede ambiental e; as expectativas das interações territoriais com o Platô das Guianas pelas articulações com a Guiana Francesa. A primeira abordagem, diz respeito a toda história econômica amapaense, exploração do ouro na fronteira com a Guiana⁴⁶ e a atuação do capital internacional no Amapá no século XX.⁴⁷

A segunda se refere à nova função do espaço amapaense como um espaço protegido por unidades de conservação e reservas indígenas; a atuação de órgãos não governamentais internacionais a exemplo da WWF e da Conservation International; e o processo de gestão territorial com foco a uma racionalidade ambiental, visando uma outra forma de desenvolvimento.⁴⁸

Esta nova função é manifestada à medida em que o espaço amapaense muda sua configuração de espaço de expansão para espaço de restrição, iniciada na década de 1960 com uma parte reduzidíssima do Parque Nacional Indígena do Tumucumaque (com aproximadamente 2% de seu território com restrições de uso no Amapá) e ampliada para 19 áreas protegidas (Unidades de conservação e Terras Indígenas) no primeiro decênio do século XXI, ampliando para acima de 70% com restrições de uso do território amapaense, à medida em essas áreas que são instaladas no Amapá.

⁴⁶ REIS, Arthur César F. dos. *Limites e demarcações*, *Op. cit.*; ROMANI, Carlos. “Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil”, *Op. cit.*; PINTO, Manoel de Jesus S. *O Fetiche do Emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*. São Paulo SP: Ed. Iglu, 2011; SILVA, Joaquim Caetano da. *O Oiapoque e o Amazonas*, *Op. cit.*

⁴⁷ PINTO, Lúcio Flávio. *Toda verdade sobre o Jari*. São Paulo: Record, 1987; LINS, Cristóvão. *Jari: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Dataforma, 1991. DRUMMOND, Jose Augusto; PEREIRA, Mariângela Araujo. *O Amapá nos tempos do manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

⁴⁸ CHELALA, Charles; ANDRADE, Edivan B.; PORTO, Jadson Luís R. *O pensamento ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá*. Macapá, 2007. 15 p. (Mimeo.); PORTO, Jadson Luís R.; SUPERTI, Eliane; TOSTES, José Alberto; SOTTA, Eleneide D. A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores e ambientais. In: PORTO, Jadson Luís R.; SOTTA, Eleneide D. *Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de co-operações em construção*. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

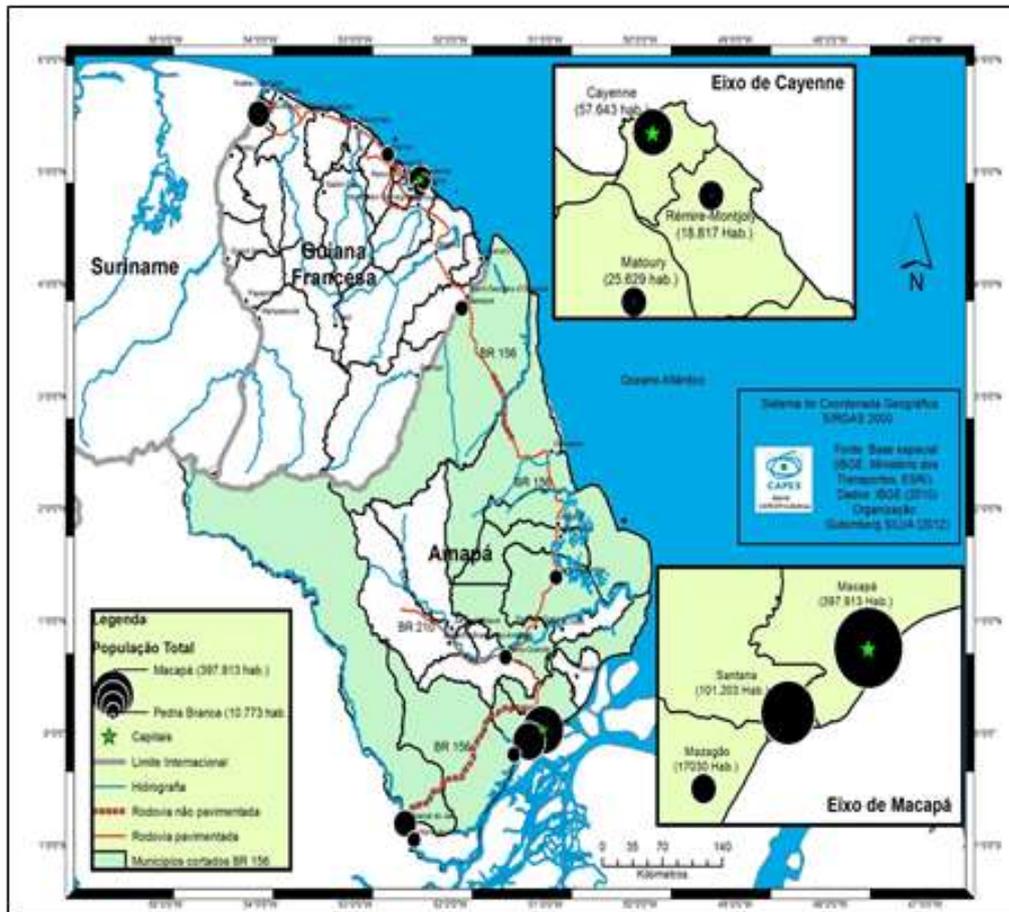


Figura 5. Sistema rodoviário transfronteiriço franco-brasileiro

Fonte: presente na figura.

Quanto à terceira, enquanto período de construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, novos usos da fronteira embasado em expectativas ficou bastante evidente na escala local.⁴⁹ Para a escala binacional, ensaios de cooperação foram sendo construídos.⁵⁰ Com a pavimentação da BR-156 e a inauguração da ponte sobre o rio Oiapoque, novas dinâmicas territoriais e novos tempos econômicos (acompanhando o raciocínio miltoniano de *tempos lentos, rápidos, curtos e longos*) tornar-se-ão mais evidentes pelo recente sistema rodoviário transfronteiriço (Figura 5).

⁴⁹ SILVA, Gutemberg V. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRGS. Porto Alegre, 2008.

⁵⁰ PORTO, Jadson Luís R.; SANTOS, Paula Gabriele S. dos. *Reconstrução da fronteira amapaense*, *Op. cit.*; SILVA, Gutemberg V. *Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: as expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI*. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.

Assim, com as expectativas da inte(g)ração e da transfronteirização franco-brasileira, essa fronteira-rede tende a se tornar mais complexa, mais dinâmica, exigindo novas normas de gestão do território, de políticas territoriais, e de uso (político) do território.

Porto⁵¹ também identifica três tipos de invenções do território amapaense: Um destacando questões político-administrativas; outro ressaltando aspectos econômicos e o terceiro abordando gestão do território.

Sobre o primeiro, diz respeito ao “*Amapá como invenção de um ente federativo*”. Para o autor, o Território Federal no Brasil serviu como instrumento de indução à organização do espaço econômico regional sob a tutela do Governo Federal. Ou seja, o uso político do território desses entes federativos iniciou com ações do Estado, e se expandiram com ações de investimentos privados sobre as riquezas e potencialidades naturais neles existentes, principalmente minerais. Uma vez inventado, criado e estabelecido o caso amapaense, atividades econômicas foram estimuladas com capital internacional, em especial a exploração mineral, iniciando com o manganês, posteriormente com o caulim, ouro, tantalita e ferro. Com isso, reinventaram-se usos novos em espaços amapaenses também novos.

No segundo tipo de invenção, ao se ressaltar os aspectos econômicos, Porto⁵² oferece uma especial atenção à atividade mineral no espaço amapaense e em como tal atividade estimulou uma constante recomposição do uso do território, cada vez mais estratégica para os interesses externos.⁵³ A atividade mineral no espaço amapaense é efetuada desde o século XVIII, sendo que a garimpagem do ouro é a que mais tem se destacado. Com a exploração do manganês a partir da década de 1950, do caulim desde a década iniciada em 1980, da mecanização do garimpo de ouro em 1980, da cromita em 1990 e da retomada da economia mineira após 2004 (ouro e ferro), técnicas e tecnologias modernas e industriais foram incorporadas. Originou-se então uma configuração territorial e urbana nova e um ritmo novo de produção. Em outros termos, inventaram-se dinâmicas territoriais novas em espaços também novos.

A última invenção do território, inerente à gestão do território, enquanto Território Federal, o Amapá era administrado pela União e as questões ambientais ainda eram tratadas setorialmente pelo Governo Federal. Nas décadas iniciadas em 1960 e

⁵¹ PORTO, Jadson Luís R. Reinvenções do uso do território amapaense, *Op. cit.*

⁵² *Idem.*

⁵³ CHAGAS, Marcos. A. *Amapá: a mineração e o discurso da sustentabilidade*, *Op. cit.* O autor realiza uma análise sobre a questão mineral amapaense muito interessante. Sugere três fases da mineração neste espaço para o século XX e o primeiro decênio do século XXI: Fase Icomi (1950-1997); Fase Mineração Novo Astro (1984-1994); e Fase MPBA e MMX (Pós-2006).

em 1980, criaram-se unidades de conservação de uso econômico restrito e terras indígenas (Figura 6). A partir da década de 1990, Daguinete Brito⁵⁴ identifica diplomas legais diversos que foram sancionados com a finalidade de fornecer suporte legal à gestão ambiental do estado do Amapá, normatizando o uso da potencialidade natural.

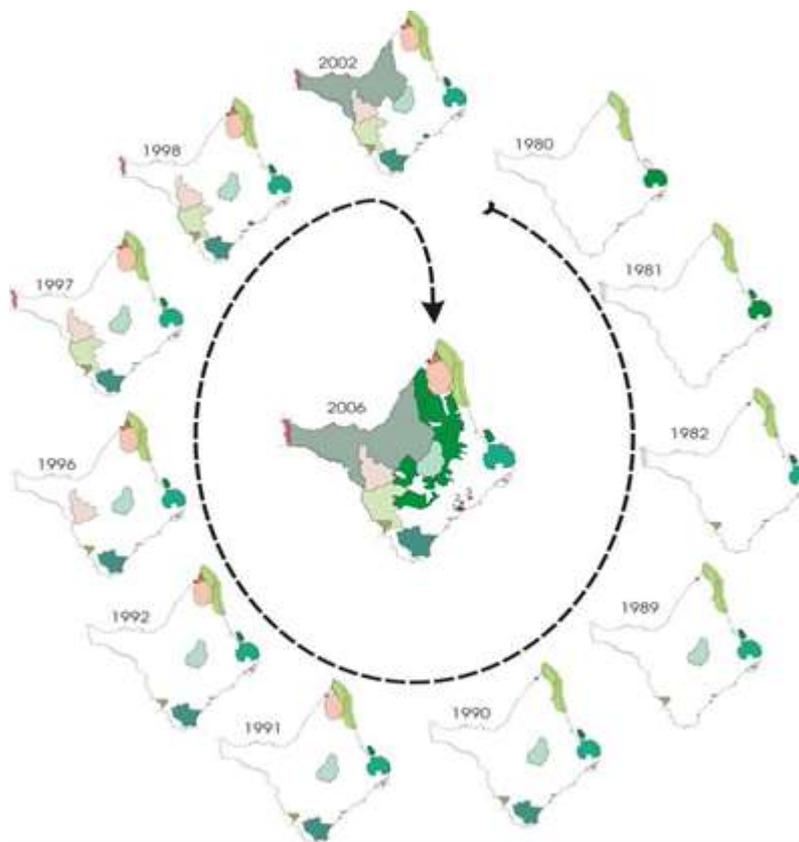


Figura 6. Evolução das unidades de conservação e terras indígenas no Estado do Amapá.

Fonte: Carlos Henrique Schmidt. *Conselhos Gestores de Unidades de Conservação do Amapá: percepções sobre as potencialidades e limitações para a efetiva participação de representantes comunitários*, Macapá: PPG-BIO/UNIFAP, 2009. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade) - Universidade Federal do Amapá, 2009.

Com isto, inventaram-se espaços com “*restrição de uso do território*”, forçando aqueles espaços sem restrições de uso a serem especulados, reinventados, reusados, reorganizados com maior intensidade e frequência.

Feitas essas reflexões, Jadson Porto⁵⁵ propõe que a fronteira amapaense se

⁵⁴ BRITO, Daguinete Maria C. *A construção do espaço público na gestão de unidades de conservação: o caso da APA do Rio Curiaú / AP*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – UNB. Brasília, 2003.

⁵⁵ PORTO, Jadson Luís R. *Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013)*. Blumenau, FURB/PPGDR, 2014. Relatório de pós-doutoramento em Desenvolvimento Regional.

apresenta como uma *fronteira tardia*, mediante aos seguintes fatores:

- a sua articulação em um mundo globalizado em rede, encadeado com outros macrossistemas já existentes e em construção.
- a inexistência de orientações legais, por vezes diplomáticas, envolvendo os dois lados da fronteira, embora haja articulações econômicas locais;
- a necessidade de constantes *ajustes espaciais* de diversas espécies e categorias,⁵⁶ os quais foram mais evidentes e intensos após a década de 1950;
- as construções de propostas de elevados investimentos em infraestrutura após a década de 1990, a exemplo do que ocorreu na América do Sul pelo IIRSA e do INTERREG IV – PO Amazonie;⁵⁷
- a forte participação de capital estrangeiro na exploração de seus recursos naturais após a década de 1950;
- a sua inserção do comércio internacional, como vitrine de produtos na criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (1992) e da Zona Franca de Santana (2008);
- as expectativas da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal brasileiro e sua articulação com os planos da IIRSA⁵⁸ e;
- a construção de novas políticas de relacionamento Brasil/França, bem como seus

⁵⁶ PORTO, Jadson Luís R.; COUTO, Magdiel. E. A.; BARROZO, Joelson. M.; SANTOS, M. M.; THALEZ, Gizelly. Marília. Do Território Federal a Estado: Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá –Brasil. In: BRASIL, Walterlina; MIRTIL, Emanuel; MACIEL, Francisco. (Orgs.). *35 anos de colonização da Amazônia*: Rondônia. Porto Velho: EDUFRO, 2007, p. 188-198.

⁵⁷ PORTO, Jadson Luís R.; SANTOS, Paula Gabriele S. dos. Reconstrução da fronteira amapaense, *Op. cit.*; SANTOS, Paula Gabriele S. dos. *A (ultra)periferia do Platô das Guianas*, *Op. cit.*

⁵⁸ Sobre este assunto, vide: CASTRO, Maria Lúcia. L.; PORTO, Jadson Luís R. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar. *Oikos* (Rio de Janeiro), v. 1, 2007, p. 51-75; PORTO, Jadson Luís R.; SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg V. Novos usos do Território amapaense: Políticas públicas, desenvolvimento, ajustes espaciais na fronteira da Amazônia Setentrional. In: SILVA, Ana Zuleide B. da; FERKO, Georgia Patrícia da S.; FERREIRA, Saturnino M. *Gestão Pública e Política Regional*. Boa Vista: EDUFRR, 2014; SILVA, Gutemberg V.; RUCKERT, Aldomar. A. *Uma avaliação comparativa de subordinação desigual de territórios transfronteiriços periféricos*: Os casos amapaense e gaúcho. Projeto Percepções do Amapá - Macapá, 2005; SILVA, Gutemberg V. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira*, *Op. cit.*; _____. *Uma nova página na geopolítica franco-brasileira*, *Op. cit.*; e SUPERTI, Eliane. Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. *Novos Cadernos Naea*, v. 2, n. 14, 2011, p. 32-48.

reflexos nos demais países localizados no norte da América do Sul.

Um aspecto da fronteira tardia amapaense, diz respeito à sua conexão e articulações (trans)fronteiriças. Até a década de 1960, o eixo rodoviário/ferroviário articulava o oeste amapaense com o litoral, ligando Serra do Navio ao Porto de Santana, na exportação de minérios. Na década de 1980, insere-se dois eixos de articulação. O primeiro foi a instalação do CIJ, no município de Almerim (PA) às margens do rio Jari (rio que separa o Estado do Pará do Amapá), exportando celulose, caulim, chegando a exportar bauxita refratária na década de 1990. O segundo foi a conexão via rodoviária Oiapoque-Macapá, pela BR-156, acessando a fronteira Amapá-Guiana. Com isso a fronteirização se tornou mais dinâmica, embora ainda permanecesse o *tempo-lento* miltoniano decorrente da não pavimentação completa desta rodovia até 2014.

Sobre a rodovia da BR-156, esta é a única rodovia federal que inicia e termina sua extensão em uma única unidade da federação. Com cerca de 900 km, iniciou sua construção na década de 1940, para interligar a cidade de Macapá e Clevelândia do Norte, fronteira com a Guiana Francesa. Este trecho foi concluído na década de 1980. O trecho sul, conectando Macapá-Laranjal do Jari, limite com o Estado do Pará, ficou pronto em 1991 (Figura 5).

Segundo Porto, Superti e Silva,⁵⁹ esta configuração territorial rodoviária possui construções espaciais e demográficas distintas (Gráfico 1).⁶⁰ No período 1950-2010, há dois momentos de intercessão no comportamento demográfico que precisam ser explicados. O primeiro cruzamento (1980), indicando o eixo sul sendo superior ao eixo norte, decorre da instalação do CIJ, às margens do rio Jari, no município de Almerim (PA). Vale ressaltar que até a segunda metade da década de 1980, o eixo sul desta rodovia não estava pronta. O acesso dava-se via hidroviária (Rio Amazonas e rio Jari).

⁵⁹ PORTO, Jadson Luís R.; SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg V. Novos usos do Território amapaense, *Op. cit.*

⁶⁰ Para a elaboração do gráfico 1, calculou-se o total da população por município por onde as rodovias BR-156 e BR-210 passam, exceto as populações de Macapá e Santana. No trecho Norte, a rodovia passa pelos seguintes municípios amapaenses: Ferreira Gomes, Porto Grande, Pracuúba, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque. No trecho Sul, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. O ramo oeste, é percorrido pela BR-210 e passa por Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Embora esta última rodovia inicie em Macapá e também percorra os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, optou-se por calcular somente Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e considerar os demais como inseridos no eixo da BR-156.

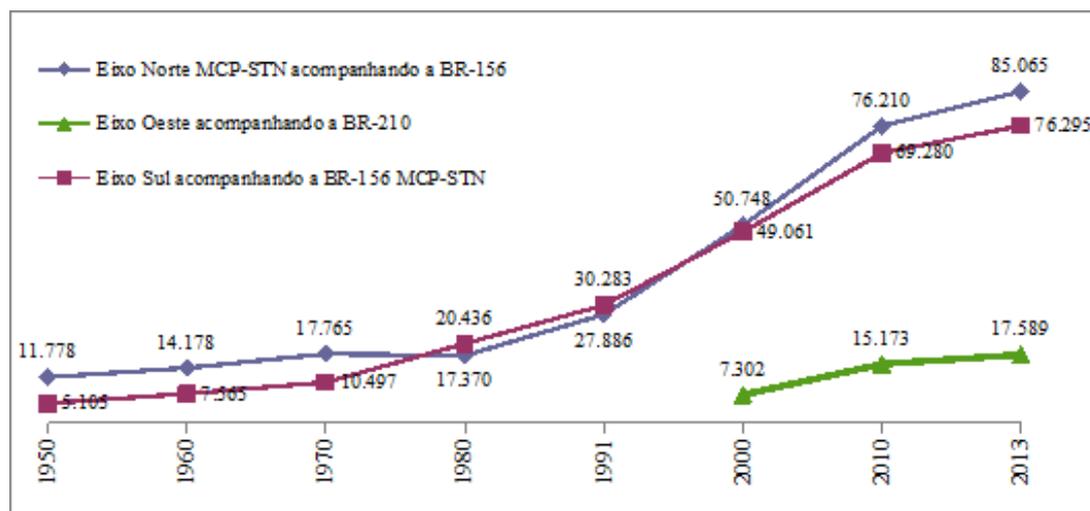


Gráfico 1. População Amapaense ao Norte, ao sul e a oeste do eixo Macapá-Santana.

Fonte: IBGE.

O segundo cruzamento, na década de 1990, é explicado pela movimentação de brasileiros em busca de ouro na região da fronteira tanto do lado brasileiro, quanto francês. Observe-se, também a contemporaneidade do movimento pela criação do bloco da União Europeia (1992), sendo a Guiana Francesa inserida nesta dinâmica, atraindo brasileiros por melhores condições econômicas. Esses cruzamentos podem ser observados quando se sobrepõe esses índices sobre os índices de desmatamento e se espacializa na cartografia amapaense (Figura 7).

O eixo oeste existe desde a década de 1950, contudo a instalação dos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari somente foram efetivadas em 1992. Embora houvesse uma movimentação demográfica decorrente da exploração manganésifera no período 1950-1997, com a retirada da Icomi, no período de 1997-2004 houve o declínio econômico deste eixo. Em 2004, retomou-se a atividade mineral, com a exploração aurífera, e em 2005 com o ferro. Em 2013, com a queda do porto de exportação mineral no município de Santana, as atividades de extração foram paralisadas.

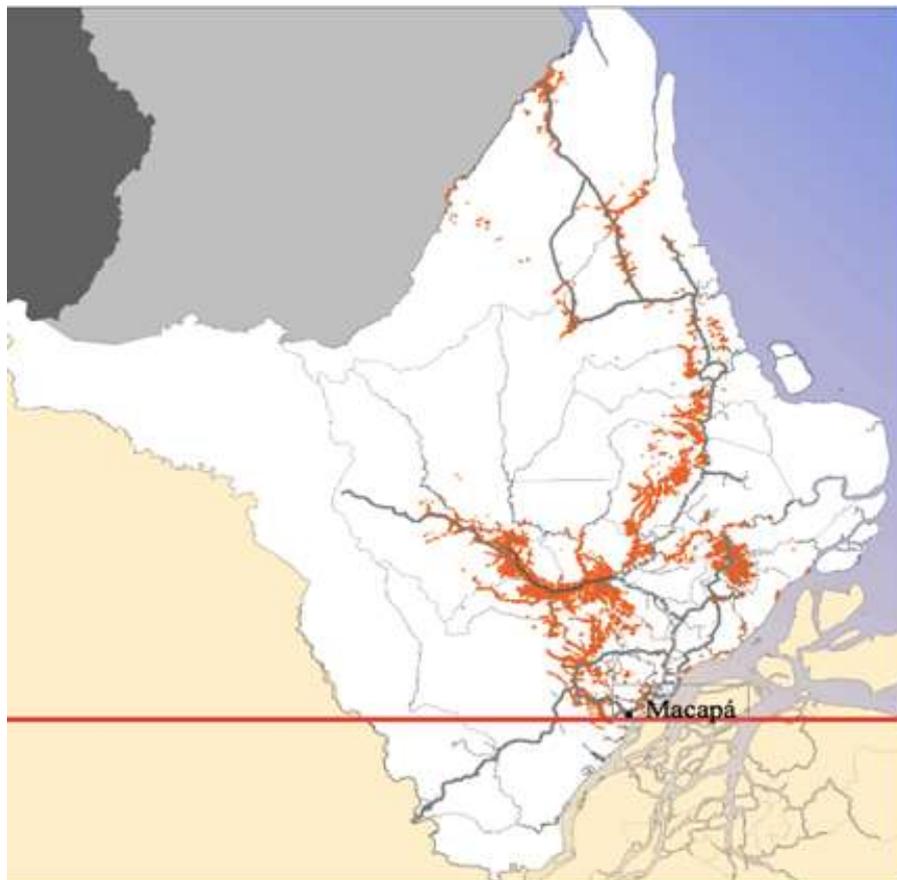


Figura 7. Frente de desmatamento no Estado do Amapá (2009).

Fonte: IEPA.

No primeiro decênio do século XXI, percebe-se um direcionamento da movimentação demográfica em direção à fronteira norte. Este comportamento é explicado pelas obras de pavimentação da BR 156 no trecho Macapá-Oiapoque e pela construção da ponte binacional, como também, pelas expectativas criadas por uma integração Brasil/França ou Mercosul/ União Europeia.

Para Porto, Superti e Silva,⁶¹ esta rodovia, integrante do corredor da fronteira Norte, é a espinha dorsal dos transportes amapaenses, cuja pavimentação na porção Norte (entre Macapá e Oiapoque), tem por uma de suas finalidades interligar fisicamente o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa / França, Suriname e Guiana) por meio de um conjunto de infraestruturas que inclui de forma determinante a rodovia Transguianense (Figura 8), que se trata de um conjunto de rodovias dos países ao norte de América do Sul. Isso possibilitará: a utilização do Porto de Santana/AP por outros países, como a França, para intercâmbio comercial; o uso dessa via para movimentação do grande potencial turístico regional e local; e

⁶¹ PORTO, Jadson Luís R.; SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg V. Novos usos do Território amapaense, *Op. cit.*

a redução de problemas de infraestrutura para melhoramento do trânsito de mercadorias e pessoas.

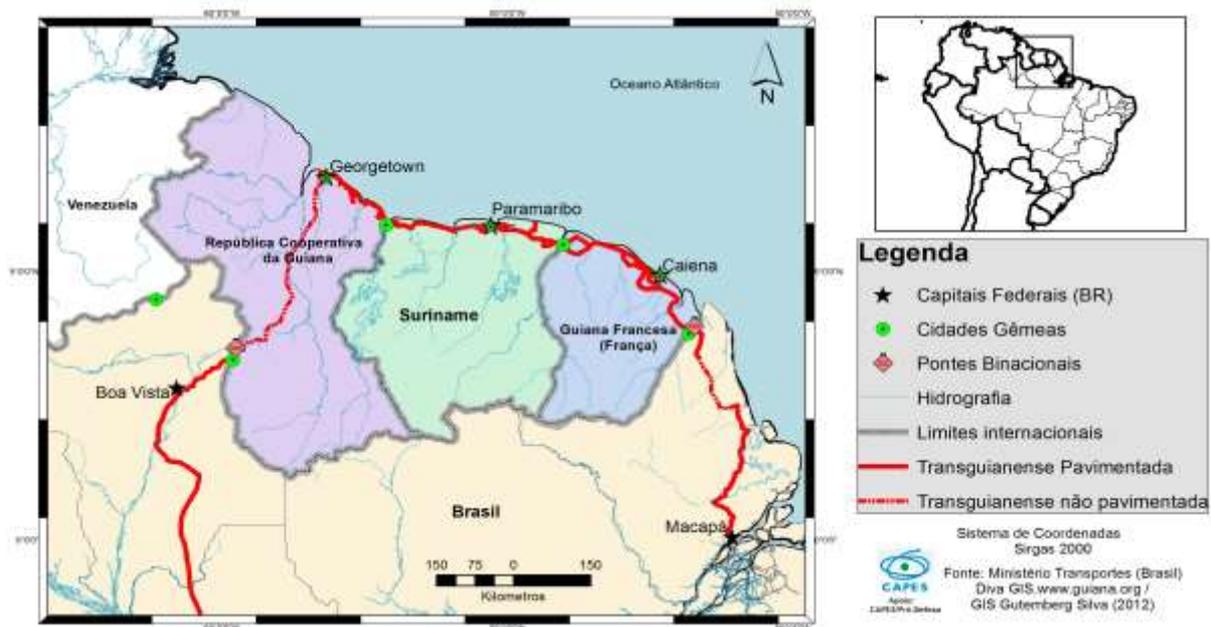


Figura 8. Rodovia transguianense

Fonte: presente na figura.

Quanto à construção da ponte binacional ligando o Brasil e a França, através do rio Oiapoque (Figura 9), tem concentrado as atenções de ambos os lados da fronteira e suscitado debates de diferentes atores interessados nessa conexão física.



Figura 9. Ponte sobre o rio Oiapoque.

Fonte: Acervo Gutemberg Silva (junho 2011).

Com a pavimentação da BR 156, a ampliação e a modernização do Porto de Santana e a inauguração da ponte binacional Brasil/França, novas dinâmicas territoriais farão parte do trecho norte, exigindo novas criações e construções de políticas ambientais, diplomáticas, econômicas e de organização do território.

Silva⁶² e Granger⁶³ realizam profundas análises sobre a construção e as expectativas da ponte. A construção física da ponte está concluída desde 2010, restando ainda ajustes importantes como sistema de sinalização e também a construção da aduana do lado brasileiro. No entanto, em 2013 foi veiculada nos noticiários a inauguração da obra (pela quinta vez), mas até novembro de 2015 isso não ocorreu. Os gestores do lado brasileiro precisam, ainda, construir a aduana em seu lado. A aduana do lado francês já está pronta desde 2012.

No primeiro decênio do século XXI, o rodoviário, articulado ao portuário, torna a condição fronteira amapaense extremamente estratégica. Assim, a BR-156, a ponte binacional e o porto de Santana são envolvidos em políticas e investimentos internacionais de integração territorial. Ou seja, o Amapá é o ponto de contato em duas dessas políticas e investimentos: o IIRSA e o INTERREG. Acrescente-se, também, que esses sistemas de engenharia também integram o rol de investimentos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Brasil.

Com as expectativas da integração física do Amapá com o platô das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, Porto, Superti e Silva⁶⁴ defendem a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana; a relação fronteira com o vizinho francês será uma *relação inversa*, pois o Brasil, pelo Amapá, é vizinho à zona do Euro (moeda mais valorizada em relação ao Real), ou seja, as mercadorias são mais baratas neste lado da fronteira.⁶⁵

Conclusões

Feita esta breve reflexão sobre a construção da fronteira franco-brasileira, a partir de diversos usos que esta fronteira foi se manifestando historicamente, sua temporalidade e a sua inserção na economia-mundo, percebeu-se que a fronteira possui uma construção que levam em consideração vários aspectos e fenômenos geográficos

⁶² SILVA, Gutemberg V. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira*, *Op. cit.*; _____. *Uma nova página na geopolítica franco-brasileira*, *Op. cit.*

⁶³ GRANGER, Stephane. *La Guyane et le Brésil*, *Op. cit.*

⁶⁴ PORTO, Jadson Luís R.; SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg V. *Novos usos do Território amapaense*, *Op. cit.*

⁶⁵ PORTO, Jadson Luís R. A condição fronteira amapaense: Da defesa nacional à integração (inter)nacional. In: NASCIMENTO, Durbens M. *Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém: NAEA/UFPa, 2010.

capazes de criar, construir, configurar, organizar, formatar diversas maneiras de usar o território.

Ao se adotar a diretriz da fronteira amapaense como um *território estratégico recomposto e tardio*, percebe-se, então, que em cada momento histórico o espaço se apresenta com uma identidade, a fronteira também assim se manifesta. Neste sentido, o uso do território amazônico aqui exposto a partir da experiência dos Territórios Federais, em particular do caso amapaense, evidencia:

- A sua construção espacial é externa, sem realidade própria, com invenções para os usos de seus produtos, para e de seus espaços.

- O uso do território amapaense como um *grande negócio* por se comportar como: Fornecedor de *commodities*; Vitrine de produtos industrializados; Posição estratégica geográfica em si e para articulação de redes; Fornecedor de energia elétrica; Fronteira com a União Europeia; e Concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos.

- A partir da criação do Território Federal do Amapá há duas condições fronteiriças concomitantes e complementares no Estado do Amapá: uma “*amapaense*” e outra “*Brasil-França*”. A primeira decorre da ocorrência de *ajustes espaciais* e a inserção de *próteses* no território amapaense a partir de sua instalação de ente federativo Amapá, gerando condições para ampliação das suas articulações em redes econômicas nos cenários nacional e internacional. A segunda possui uma relação mais institucionalizada, com acordos internacionais, que abordem um espaço relacional entre países desde o período colonial; esta abordagem amplia após o envolvimento do Estado Amapá como um ente federativo articulado com o norte da América do Sul.

- A fronteira amapaense se encontra em transição entre as relações fronteiriças para interação transfronteiriça decorrentes de novos usos do território após meados da década de 1990. Com isso, deverão ser revistas as ações destinadas a espaço amapaense e as suas relações com a fronteira e construir um processo conjunto e dialogado de desenvolvimento regional, não mais embasadas nas suas fronteiras internas, mas extrapolar seus limites, consolidando uma fronteira-rede do/no Platô das Guianas, em um acontecer solidário, embora ainda ocorra um acontecer contraditório entre esses espaços.

- Na recomposição do território amapaense e seus impactos em sua fronteira, identificou-se que além das ações de uso do território nos vieses econômico, manifestam-se ações que envolvem aspectos também político, social, geográfico e cultural.

- A fronteira amapaense, via Oiapoque, é a única linde cujas interações espaciais atuam em uma *relação inversa* de seus fenômenos econômicos.

Por fim, com a transição das relações fronteiriças para interação transfronteiriça amapaense decorrente do uso tardio do seu território, deverão ser redesenhadas as ações destinadas a espaço amapaense e as suas relações com a fronteira, cujo processo de criação/construção e instalação deverá ser mediante a estímulos conjunto e dialogado de uso do território transfronteiriço, consolidando uma fronteira-rede do/no Platô das Guianas; e deverão ser ampliados o entendimento do uso do território amapaense como um *grande negócio*, não mais focado no fornecimento de *commodities*, mas estruturado com vitrine de produtos industrializados, inserido no contexto da oferta de serviços ambientais e conectado a um representante da União Europeia.

Sobre os autores:

Jadson Luís Rebelo Porto

Pós-doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau; Pós-doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Planejamento Regional e Urbano da Universidade Federal do Amapá. Pesquisador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON/UNIFAP).

Yurgel Pantoja Caldas

Pós-doutor em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá.

Artigo recebido em 20 de novembro de 2015.

Aprovado em 12 de dezembro de 2015.